

**Querer, poder,
precisar:
“O caso da vara”
Alcides Villaça**

Resumo No aparente acanhamento de uma cena doméstica, em que as necessidades, os desejos e os caprichos das personagens tecem uma trama a princípio farsesca, urdida no interior do nosso conhecido sistema de compadrio e apadrinhamento, o narrador machadiano vai pondo a nu o motivo real de cada uma das ações, empreendendo uma fulminante análise tanto dos impulsos subjetivos das personagens como da violência da sociedade escravista. **Palavras-chave** Machado de Assis; conto realista; apadrinhamento; escravidão; ética e interesse.

Abstract In the apparent timidity of a domestic scene, in which the needs, desires and caprices of the characters are tangled in a web that can be seen, at first, as a farce, woven inside our well-known system of favour and protection, the Machadian narrator gradually unveils the real reason for each of his actions, undertaking a merciless analysis both of the characters' subjective impulses and of the violence engendered by slavery. **Keywords** Machado de Assis; realist short-story; favour and protection; slavery; ethics and interest.

1. Nas narrativas machadianas, os gestos mínimos do cotidiano podem encarnar questões de larga abrangência, como o espelhamento dos lugares sociais ou as formas de reprodução de bem assentada ideologia. Nem por isso há prejuízo para o desvendamento dos indivíduos mesmos, dos traços singulares de sua ação e de seu temperamento, dos seus motivos, ou ainda do modo como respondem às necessidades humanas de sempre: sobrevivência física, atendimento do afeto, autodeterminação, aprendizado do mundo. Da observação iluminadora de cada detalhe, no plano das experiências, desdobra-se a verossimilhança geral, com fundos alicerces na realidade. Tal processo se expande numa tática sedutora: o microrrealismo analítico (para guardar o termo de Eugênio Gomes) apóia-se na percepção aguda dos detalhes concretos, e vai compondo as minúcias em planos cada vez mais abertos e complexos. Quando o leitor dá por si, a aparente banalidade do acessório revela-se uma imagem essencial que, somada a outras, compõe um sistema penetrante e de longo alcance. No plano saboroso do detalhe machadiano, o leitor rende-se à força do flagrante realista, captado em expressão lapidar; como poderá depois resistir à força global do processo narrativo, que acumulou e

organizou os flagrantes na totalidade de um sistema aparentemente sem brechas? De plano em plano, o narrador vai ampliando seu campo de análise, numa dialética em que os valores gerais se desentranham do detalhe material, e em que um gesto distraído pode transpirar a potência de uma síntese de largo espectro. Na direção sempre oposta à do proselitismo abstrato, o vetor de comando fica com a experiência corpórea das contradições essenciais, que se revelam tão exemplarmente nas práticas do cotidiano. A exemplaridade se assenta nos fatos, dos quais absorve a concreção e aos quais empresta o impulso generalizador. Da imagem singular para a dimensão interpretativa ou, num passo seguinte, da “teoria” atrevidamente assumida para o detalhe em que ela volta a se atualizar, a visada do narrador guarda sempre a sedução do lastro realista, decisivo para os saltos graduais até o desmascaramento prático das alegações ideológicas.

Creio que esse jogo de detalhes e desdobramentos interessa, e muito, às reflexões do leitor sobre suas próprias experiências, cuja materialidade, no cotidiano, está longe de sofrer uma problematização conseqüente dentro do sistema de valores correntes. As concepções costumeiras do que seja o público e o privado, o honesto e o desonesto, o edificante e o pernicioso, o patriótico e o subversivo etc. são tendenciosas e maniqueístas na origem, passam ao largo da complexidade dos fatos — fatos que Machado ensina a reconstruir e a analisar com intimidade e alargamento. Tal operação é sutil e não tem vetor aparente, e o resultado pode parecer bastante estranho: fica tudo como estava, só que em escandalosa transparência. Se não quisermos permanecer nesse limite do esclarecimento malicioso, vazado com elegância retórica e muito *esprit* (sorrindo cordatos a cada frase do tipo: “O homem é, metafisicamente falando, uma laranja”), substituiremos o “cinismo” e o “desencanto”, imputados ao narrador, pelas qualidades dos efeitos reais de sua narração: estocadas profundas na altanaria com que costumamos acusar as mazelas... dos outros.

As considerações acima antecipam o que me parece ser a virtude maior do conto “O caso da vara”: a capacidade de miniaturizar e expandir, na pequena cena doméstica e com personagens circunstanciais, uma configuração do escravismo — sem prejuízo para a questão aguda da *escolha*, vivenciada pelo adolescente. Publicado em 1899, extinta a escravidão e proclamada a República, remonta o conto à tragédia maior de nossa História, não para acusá-la de forma moral, mas para analisá-la estruturalmente numa *situação* (datada, não arbitrariamente, de “antes

de 1850”), numa *experiência*, que é sempre o plano em que melhor se podem divisar os gestos, as escolhas, os caprichos, os prazeres e as dores que compõem a prática material da dominação.

“Tudo é pretexto para recolher folhas amigas”, diz uma das frases do breve “Prefácio” de *Páginas recolhidas*. A promessa de amenidade é rompida com violência já no primeiro conto do volume — nada menos que “O caso da vara”.. Pulverizando *avant la lettre* os mitos tendenciosamente desdobrados da “cordialidade”, da “índole pacífica e conciliatória do nosso povo” ou, para entrarmos na ordem do dia, “dos pactos sociais no interesse maior da Nação”, o conto encena numa sala de visitas a complexa experiência da *exclusão* que se oculta (mas nem tanto) nas eternas propostas de entendimento nacional. Sim, o conto é curto, as personagens têm vida própria, o impulso inicial e o ambiente da narrativa parecem acanhados e a percepção dos recados essenciais depende do valor que se reconheça em alguns detalhes — mas não são quase sempre estas as condições de que se vale Machado para encarnar a História no cotidiano que foi seu e que teimosamente se atualiza e se prolonga no do leitor?

II. Tudo leva a crer, tendo por base os primeiros parágrafos do conto, que nele se tratará do drama pessoal do adolescente Damião, que acaba de fugir do detestado seminário e não pode voltar para casa, onde enfrentará a ira e as violências do pai. A historieta promete encaminhar esse “caso”, estimulando a curiosidade do leitor quanto ao destino final do rapazinho. A “vara”, que está no título, poderia mesmo sugerir o insucesso da empreitada, mas...

Mas esse “caso de Damião”, que surge centralizado no conto, converter-se-á em bem outro; a rigor, deixará um tanto de lado o próprio adolescente, trazendo para o centro uma personagem que parecia ser lateral, a menina escrava Lucrecia. Dito de outro modo: o núcleo narrativo sofre, de repente, num momento decisivo, um sugestivo deslocamento, com o qual a narrativa se encerra de modo abrupto, deixando solto seu fio original e em aberto a curiosidade do leitor quanto ao futuro do rapaz. Tudo deslocado, emerge como substantivo o que parecia ser acessório — processo de que resulta um outro centro de significação, à primeira vista imprevisto, mas certamente o alvo que o narrador terá visado desde o início. Para não anteciparmos em demasia, voltemos ao trecho e o acompanhemos em sua dinâmica externa.

O caso pode ser esquematizado nos seguintes passos seqüenciais: a) o rapaz é introduzido solenemente no seminário pelas mãos de seu padrinho, João Carneiro; b) foge de lá e passa a vagar pelas ruas, perdido, amedrontado e só; c) ocorre-lhe procurar auxílio em Sinhá Rita, amante de seu padrinho João Carneiro; d) acaba alcançando os préstimos da mulher, que coage o amante a interceder pelo rapaz junto ao compadre; e) no aguardo das diligências, menos tenso, Damião conta anedotas e alegra as “crias da casa”, entre elas a menina Lucrecia, vítima das violências rotineiras de Sinhá Rita; f) Lucrecia atrasa-se no trabalho, é ameaçada por Sinhá Rita e desperta as simpatias do adolescente, que se promete protegê-la; g) João Carneiro retorna de sua missão e diz ter temporizado com o compadre a solução do caso; h) Sinhá Rita não aceita a temporização e dá um ultimato ao amante; i) Sinhá Rita vai punir Lucrecia pelo atraso no trabalho: agarra Lucrecia e pede a Damião que lhe alcance a vara do castigo, que está a seu lado; j) Damião, depois de um breve instante de hesitação diante das súplicas da menina, entrega, compungido, a vara a Sinhá Rita.

Os esquemas sempre podem dar conta dos passos mais visíveis de um enredo, sem que revelem nada de essencial. Neste conto, sente-se que Machado parte de um pequeno “roteiro de ações”, que atende primariamente ao apetite dos leitores da *Gazeta de Notícias* dispostos a se entreterem com um “caso”, sendo possível que decepcione a muitos deles, a quem o “desvio” final da historieta fará com que esta pareça “inconclusa”, deixando no ar a interrogação novelesca por onde tudo começou: conseguirá Damião livrar-se do seminário e obter o perdão paterno?

Nas adaptações cinematográficas ou televisivas de narrativas machadianas, algum desastre corre sempre por conta da dificuldade de tornar imagens os desvãos sugestivos desse estilo de narrar, nos quais se guarda como sugestão o que de fato importa na ação. De fato, o leitor de Machado depende da mais completa familiaridade possível com a expressão ao mesmo tempo tão minuciosa e exata quanto lacunar e sugestiva, com os efeitos de humor e de ironia e, sobretudo, com a mobilidade dos valores humanos implicados nas mínimas ações. No cumprimento dessas exigências, a historieta revela-se emblemática e ganha a virtude de análise extraordinária. “O caso da vara” é exemplar disso; reconheçamos algumas peças essenciais de sua estrutura mais profunda.

III. Lúcia Miguel-Pereira já chamou a atenção para o fato de que Machado de Assis parece querer provocar, por vezes, a benevolência do leitor para com a conduta das personagens mais mesquinhas, reforçando o sentido da *necessidade* que as orientou nas ações mais indefensáveis. O narrador borra, de fato, a fronteira que muitos gostaríamos de estabelecer com absoluta nitidez entre o que é o *interesse condenável* e a *necessidade incontornável*. Fosse nítida essa fronteira, satisfaríamos nosso impulso para aquele tipo de dualismo primário mas cômodo, que separa drasticamente o joio do trigo. Mas o compromisso de Machado para com a complexidade dos fatos, responsável mesmo pela concreção com que se determinam, impede-o de estabilizar os valores (ao modo romântico ou ao modo naturalista, por exemplo), de os atrelar a uma perspectiva puramente subjetiva ou estritamente materialista. É provável que a experiência pessoal das carências reais e dos prazeres de sua superação tenha levado Joaquim Maria a ver com olhos mais abertos o que muito leitor costuma logo arbitrar, com pressa e de olhos fechados.

Nosso conto inicia mostrando um adolescente “vexado [...], espantado, medroso, fugitivo”, a farta adjetivação encarecendo o estado do desamparo. É sobre essa base instável da intimidade que se construirão as ações; estarão nela as justificativas das escolhas seguintes do rapaz. No desamparo, buscamos o aliado que nos fortaleça. A questão de Damião é dupla, e figura um impasse: *não quer* voltar ao seminário, *não pode* voltar imediatamente para casa. Esse binômio singelo do *querer* e do *poder*, tão próximo do lugar-comum, será desdobrado no conto com a força verdadeira dos dilemas e assumirá uma função numa estrutura mais complexa. O adolescente, que por ora nada pode, precisa de quem concentre algum poder e queira ajudá-lo. Seu padrinho, por exemplo, é um “moleirão sem vontade”; mas o rapaz se lembra de que João Carneiro tem uma amante, e acredita que ela, dominadora e voluntariosa, possa mover o namorado. Começam assim, a partir desta necessidade original, a se entretecer os cordéis das ações. Na base destas, pode-se reconhecer o tema comum do *apadrinhamento*, apresentado em mais de uma modalidade. Antes de fazê-lo, porém, tratemos da cena inicial do conto, em que Damião é apresentado pelo padrinho ao reitor do seminário. Curtíssima, é contudo importante para a representação de uma das questões que aqui se cruzam: a interpenetração da ideologia e da retórica.

IV. Numa função própria de padrinho, João Carneiro, imbuído da solenidade pública que reconhece no encargo, apresenta pomposamente o afilhado ao reitor do seminário: “Trago-lhe o grande homem que há de ser” A resposta do reitor não fica atrás em matéria de retórica, mas o tom é menos triunfal e mais avisado: “Venha, [...] venha o grande homem, contanto que seja também humilde e bom. A verdadeira grandeza é chã”.

A frase do padrinho veio nitidamente ensaiada, e lança o mote do “grande homem”, a que o reitor replica lembrando o valor da humildade, da bondade, da simplicidade. Estamos pairando, como se vê, numa altura moral, de virtudes acionadas em abstrato. A linguagem cerimoniosa já introduziu um dos planos em que o conto se moverá, plano dos fundamentos éticos e morais que aludem à “grandeza humana”. Ocorre que essa cena solene foi antecedida por aquela em que Damião, o “grande homem”, se esgueira pelas ruas, seminarista fugido e medroso. A retórica de grande porte surge aos olhos do leitor já desmoralizada pelos fatos, girando no vazio das palavras vencidas. Num golpe de mestre, Machado concretizou, já no primeiro parágrafo do conto, o intervalo que medeia a linguagem e a ação, mais particularmente: as virtudes nominais que alimentam a ideologia e o empirismo bruto dos fatos. Esse específico intervalo será mais de uma vez explorado no conto, dando largueza à mobilidade da consciência entre a *ética* e o *interesse* — mobilidade que é uma das obsessivas questões freqüentadas por Machado... O narrador parece sugerir que essa movimentação tende a naturalizar, acima de qualquer escândalo, as oscilações entre o valor alegado e o valor efetivo dos gestos. Na retórica e na ideologia o primeiro se apresenta como se fosse o segundo. Em nosso conto, as personagens viverão, cada uma a seu modo, regimes de necessidade e/ou interesse, que se traduzem em linguagens bastante específicas — o que não elimina o formidável poder do silêncio e do subtexto que, potenciados pelo competentíssimo narrador, recortam decisivamente a significação de cada fala. Tão importante quanto o dito é o não-dito, no jogo dialético das manifestações explícitas, das intenções ocultas e dos efeitos práticos — jogo que alça o conto, como se verá, para muito além do plano raso das historietas.

V. Se o movimento essencial da política mais pragmática é aquele em que se busca calcular e direcionar uma força precisa para um alvo bem determinado, como

já pregava Maquiavel, pode-se dizer que a angústia de Damião, que o leva a buscar apoio e produzir meios eficazes de superação do problema, logo se vê às voltas com a necessidade de uma manobra essencialmente política. Assim que chega à casa de Sinhá Rita, Damião revela-se o noviço ingênuo e desarmado, que se atira aos pés da mulher e implora por socorro. Parece não transparecer em seu rosto e em suas palavras senão a limpa verdade da aflição e da carência, desprovida de cálculos e argumentos: “contou tudo, o desgosto que lhe dava o seminário; estava certo de que não podia ser bom padre; *falou com paixão, pediu-lhe que o salvasse*” (grifos meus). A fala da paixão, calorosa e direta, pode não valer muito e convencer ninguém — parece nos assoprar o narrador. A essa fala emocional, a contrafeita Sinhá Rita não hesita em replicar: “— Como assim? Não posso nada.” — frase a que o rapazinho treplica: “Pode, querendo”

Pode, querendo. É expressivo o salto que deu o rapaz da súplica inicial a esta fórmula, consciente ou subconsciente, em que já se arma a percepção do que conta: o *poder* só se efetiva se mobilizado pelo *querer* (lembramos o quanto a expressão “falta de vontade política” já adquiriu, em nossos dias, a força e a fraqueza de um lugar-comum). Fica evidente que a angústia real do rapaz, por si só, não mobiliza, em Sinhá Rita, esse *querer* de quem *pode*. Intuindo que deverá valer-se de outros meios para torná-la sua aliada, Damião prolonga a súplica e lhe acresce um novo ingrediente: “[...] peço-lhe pelo amor de Deus, pelo que a senhora tiver de mais sagrado, por alma de seu marido, salve-me da morte, porque eu mato-me, se voltar para aquela casa”. Para resultados políticos, seu jogo é também psicológico. O desespero continua a ser real, e até se intensifica, mas agora se exprime numa teatralização mais estudada, que sublinha convenientemente sua fraqueza efetiva e a importância capital de Sinhá Rita, que fica imediatamente “lisonjeada” com esse poder sobre a vida ou morte de alguém. Lisonjeada, sim, mas ainda não conquistada: resta atingi-la no coração de seu *querer*, o que Damião consegue quando põe à prova a autoridade da viúva sobre o amante, tão logo esta lhe sugere procurar João Carneiro: “Meu padrinho? Não me atende, *duvido que atenda a ninguém*”. Pode-se aqui lembrar uma frase de outro conto de Machado: “Candura gerou astúcia” (“A cartomante”). Mestre no acompanhamento da evolução das idéias e das paixões, o narrador traz o leitor para junto de um Damião agora não apenas um rapaz aflito, mas também ardiloso e objetivo, que sabe mover os brios

da viúva na direção do padrinho: Sinhá Rita, que sempre *pôde*, passa a *querer*, animada não pela solidariedade e compaixão, mas pela vaidade e pelo capricho. E que diferença faz para o rapaz a espécie dos motivos que animam a aliada?

Insistamos: a cena é doméstica (como diz Sinhá Rita, são “negócios de família”), não inclui partidos, cargos, ministros e ministérios, mas dentro dela fica latente a vocação política do rapaz para administrar dificuldades, para tornar favorável uma situação adversa. Damião transferiu para João Carneiro, acionando Sinhá Rita, a carga aflitiva das diligências delicadas e desgastantes, bem como a responsabilidade final pelo sucesso de sua execução.

Pai e filho, padrinho e afilhado, um jovem e sua postiça “madrinha”, a mulher dominadora e o amante subserviente — constituem todos um elenco de forças e fraquezas que compõem, sem que o leitor dê imediatamente por isso, um microsistema de poder muito sugestivo, que não tardará a ganhar foros de alta expansão. No centro de tudo estão necessidades, obrigações e favores de vária espécie, que regem os movimentos.

Para recuperar a consideração feita no item anterior, acerca da relação entre retórica e ideologia (a que Machado é sempre tão sensível), lembremos ainda fragmentos das conversas entre Sinhá Rita e Damião. Quando ainda lhe opunha resistência, a mulher lembrava o rapaz do valor santificado do bom sacerdócio: “a vida de padre era santa e bonita”. Um pouco mais tarde, diante da relutância do amante em ir ao encontro do compadre, sua posição será bem outra: “[...] era preciso tirar o moço do seminário, que ele não tinha vocação para a vida eclesiástica, e antes um padre de menos que um padre ruim. *Cá fora também se podia amar e servir a Nosso Senhor*” (grifos meus). Como não nos divertirmos com a súbita guinada de opinião sobre devoções, vocações e santificações, tudo sob o impulso do mais descarado capricho? O narrador, uma vez mais, surpreende nas facilidades do discurso a maleabilidade da palavra ideológica, movida por um interesse da circunstância, sobretudo quando se arvora em padrão de solene moralismo. No desenrolar do conto, o leitor vai acompanhando essa flutuação farsesca de valores e interesses, operação que se instala no centro mesmo da significação do “caso”.

Como pano de fundo dessas forças em movimento está, sem dúvida, o universo do paternalismo e dos favores, de que se ocupou Roberto Schwarz no tão debatido capítulo “As idéias fora do lugar”, de *Ao vencedor as batatas*. Nesse universo, pontua

o crítico, “o favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais”. Machado é um escritor atentíssimo ao “ponto por ponto” dessa prática, denunciando-a numa visibilidade tão incômoda que cada um de nós, mais ou menos familiarizado com ela, bem gostaria de se colocar fora do alcance de tão fulminante desmascaramento. Via de regra o narrador machadiano não cuida diretamente das ideologias; prefere dar atenção às práticas pessoais e sociais, confiando em que estará na penetrante análise delas o elemento de fundo que as contrasta com a alegação abstrata dos valores. O protagonista adolescente do nosso conto está aprendendo, na fase das descobertas e dos primeiros exercícios fundamentais da consciência e da vida, a lidar de modo objetivo com as pressões que vêm de fora e de dentro da pessoa — pressões a que esta, respondendo, estará também definindo sua personalidade e sua possibilidade de inserção social, seu ajuste entre o que *quer* e o que *pode*.

VI. A apresentação do sistema de apadrinhamento e de favores não está, no entanto, completa, como logo nos faz ver o conto. Os “negócios de família”, que a princípio não envolveriam mais que Damião e seu pai, estenderam-se já ao padrinho e à sua amante, todos brancos e livres, cada um enredado de modo muito particular nessa teia de relações pessoais que refere também uma prática social de valores — mas é a entrada em cena da menina Lucrecia que permitirá ao narrador avaliar o quadro familiar e burguês a partir de uma perspectiva ordinariamente escamoteada.

Enquanto aguardam a chegada do padrinho (que, para adiantarmos a ação do conto, não terá outro remédio senão ceder às pressões da amante e dispor-se à difícil missão de dissuadir o compadre da punição do filho — e de um afilhado tão intrometido...), estabelece-se entre o seminarista e a viúva uma aberta familiaridade. Inicialmente tratado pela mulher como “Sr. Damião”, o rapaz logo é por ela chamado de “padreco”, em condescendente intimidade. Amenizada a tensão inicial, um Damião mais confiante não reluta em contar anedotas que distraem as moças da vizinhança, que vão ali bordar, e as “crias da casa”, entre elas Lucrecia.

Lucrecia (etimológica e ironicamente: “a que lucra”), nessa narrativa datada de “antes de 1850” (antes, portanto, dos primeiros e timidíssimos passos da caminhada abolicionista), é menina e escrava; sua descrição física, à qual não faltam indícios de castigos e sevícias regulares, é econômica, penosa e não deixa dúvida: a

imagem, devastadora, é a da fraqueza absoluta, sem remissão possível. Sua existência “surda”, “para dentro”, é a instância inapelável do despossuído de si mesmo, diante da qual a fragilidade de Damião reponta como mera circunstância. A menina ganha presença quando interrompe seu trabalho de crivo e bordado, para acompanhar uma anedota que o rapaz contava, e é ameaçada pela implacável viúva e senhora. Lucrecia nos é apresentada como a viram os olhos do rapaz:

[...] era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação. Teve pena da negrinha, e resolveu apadrinhá-la, se não acabasse a tarefa. Sinhá Rita não lhe negaria o perdão... Demais, ela rira por achar-lhe graça; a culpa era sua, se há culpa em ter chiste.

Sentimento de pena misturado, a vaga sensação de culpa, leva Damião à posição até então insuspeitável de “padrinho”: é ele mesmo que se reconhece com esse potencial de paternalismo. Ele, filho e afilhado, presentemente tão vulnerável, pode arvorar-se a padrinho de quem é frágil de modo absoluto. Amplia-se, como se vê, o quadro de relações de poder.

VII. A direção original da trama — desdobramentos da fuga do seminário — altera-se num incidente: à hora de recolher os trabalhos das meninas, Sinhá Rita se enfurece com o atraso de Lucrecia. Agarra-a pela orelha e, mantendo-a presa, convoca os préstimos do rapaz: “Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?” O pedido é de fato uma ordem; contrariada, certamente se revoga a proteção já estendida ao rapaz. Por outro lado, súplicas sem outro recurso chegam direto aos ouvidos e à consciência deste: “Me acuda, meu sinhô moço!”. A alternativa da resposta está em que a dê o “Sr. Damião” (tratamento que reinstala a cerimônia e lembra as responsabilidades que se devem os brancos livres e iguais) ou o “sinhô moço” (que espelha a submissão e concita à caridade e à comunhão com o mais fraco). “Cruel instante” — observa o narrador, que aliás lhe acentua a crueldade fazendo a menina submergir num acesso de tosse, de um lado, enquanto de outro Sinhá Rita cresce ameaçadoramente, “com a cara em fogo e os olhos esbugalhados”. A decisão do rapaz precipita o conto, e irá encerrá-lo de forma abrupta:

“Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita”.

A última cena repõe elementos dramáticos bastante familiares ao leitor do conto. Ele por certo se lembrará do estado em que Damião chegou à casa da viúva e das súplicas, ainda sem argumento, que lhe dirigiu. Agora, tanto o apelo de “me acuda, meu sinhô moço”, que Lucrecia lança ao aturdido rapaz, quanto o de “nhanhã, nhanhã! pelo amor de Deus! por Nossa Senhora que está no céu!”, que a menina dirige à furiosa senhora, expressam a aflição desvalida e ressoam algo da condição inicial do seminarista desesperado, que “falou com paixão”. A simetria entra aqui, porém, para acentuar as diferenças de condição entre o astuto rapazinho de família, que desperta para o engenho ativo das ações necessárias, e a subjugada menina escrava, que ou tosse e ri “para dentro”, presa do domínio absoluto, ou grita por piedade, em inúteis clamores.

Não haveria novidade, ao fim do século XIX, em apontar as barbáries do escravismo, contrastando-as com os privilégios dos proprietários, nem Machado aceitaria esse esquema, dócil às retóricas e presa fácil das ideologias de fachada. A tarefa do narrador, neste conto, é bem outra: consiste em ir ao âmago da *escolha* pessoal, analisá-la intimamente e exibí-la no âmbito das decisões capitais que se determinam no tempo e no espaço da história humana. Que o faça dentro de um quadro em que a ênfase recai sobre a condição do escravo é sinal de que buscou entender o instante decisivo das chamadas opções éticas: instante em que o *valor* assume, de fato, seu verdadeiro peso material, e enfrenta ou sucumbe como gesto ao desafio que desborda do plano da retórica, da ideologia, das intenções meritórias: o desafio de uma polarização efetivamente materializada.

Mais uma vez, encerrar a leitura de um conto machadiano não representa o término de uma atividade, mas apenas o início de outra, aliás muito mais problemática: reconhecer o saldo dos conflitos que a narração nos legou. A divisão básica do leitor, ao fim de “O caso da vara” (se ele não estiver entre os que tão-somente se frustram com o desfecho “inconcluso” do caso de Damião), representa-se no melindroso reconhecimento de sua reação à conduta do rapazinho. A dificuldade existe porque a situação, exposta com a crueza de sua verdade, só admite invocar-se algum padrão ético que de fato corresponda à significação da cena narrada. A questão ainda se formula com a velha e dolorosa simplicidade dos moralistas cétricos: qual é o custo de nossas virtudes? Quanto pagam, em despojamento real, para se afirmarem um

palmo acima da conveniência ou da retórica? Se a primeira equação com a qual se deparou Damião, no princípio do conto, constituía o binômio *querer/poder*, de resolução já complexa, a equação montada ganha, numa frase final, um terceiro elemento, o *precisar*, que multiplica e define a complexidade da escolha. A frase é esta: “Mas ele *precisava* tanto sair do seminário!”. Na exclamação reforça-se o peso desse *precisava*, acentua-se a *necessidade* que, mais do que um simples *querer* e, no fundo, já avaliando o próprio *poder*, confunde-se com o desejo de viver (“mato-me se voltar para aquela casa”). Muito discretamente, insinua-se aqui um jogo de forças muito recorrente na ficção madura de Machado: a que se dá entre os instintos naturais (condenáveis?) e as camadas de civilização que buscam recobri-los. O leitor de Machado encontrará em outros contos (como “A causa secreta”, “O enfermeiro”, “Noite de almirante” e “O espelho”, por exemplo) momentos em que a escolha humana atende à voz profunda da autopreservação a qualquer preço.

Por interesse ou por necessidade (como distinguir perfeitamente entre ambos?), Damião deixa de cumprir seu voto secreto de compromisso com Lucrecia — que tanto *precisou* de seu amparo. Fica evidente o abismo que há entre a intenção e o gesto, entre a formulação abstrata do intento virtuoso e sua transformação no ato que inclui o preço do sacrifício. “Trago-lhe aqui o grande homem que há de ser” — babujava a retórica do padrinho, na cena inicial; “resolveu apadrinhá-la”, informa-nos, depois, o narrador; são promessas de grandeza desmentidas na prática das situações.

Poderíamos ficar imobilizados na contemplação sem fim dessa questão ético-moral, mas o conto permite avançar mais, não para resolvê-la em seus próprios termos, mas para ao menos compreendê-la no específico peso político que aqui adquiriu. Pois Machado, que não desconhece o poder da autopreservação conservadora das ideologias, também não quer perder a especificidade de cada situação que explora. A questão que talvez conte acima de qualquer outra não é a da condenação moral ou não do gesto de Damião, nem a necessidade de censurar ou não o impulso da autopreservação; é a de perceber as forças que, no interior das cenas e das pessoas, mas também acima delas, estruturaram a situação aqui narrada.

Veja-se, em duas frases paralelas, que se poderiam multiplicar, como se enca-minha esse jogo de desejos, poderes e necessidades: João Carneiro quer punir Damião, mas, por necessidade, o apadrinha. Damião quer apadrinhar Lucrecia, mas, por necessidade, concorre para sua punição.

VIII. Se, de um lado, a *vara* de que trata o conto tem peso material, e por certo doerá na carne e nos ossos de Lucrecia, de outro é também simbólica, e remete ao pacto formulado entre os iguais, dentro do *direito* que os favorece. Se para uns a vara é insígnia de poder e indicativo de jurisdição (como ocorre até hoje no vocabulário forense), para os “justiçados” o vergão não tem nada de simbólico. Em qualquer plano, porém, a decisão quanto ao seu emprego depende dos que se sentam à mesa, habilitados como negociadores. No plano político, como no dos “negócios de família”, as decisões decorrem de pactos entre os que têm poder de barganha, ou desfrutam, ainda que minimamente, da condição de exercer aquela “astúcia feliz”, como a definiu Maquiavel.

Todas as personagens do conto têm alguma ou muita capacidade de influência, inclusive o próprio Damião, que está aprendendo a exercê-la, e a usam com diferentes recursos. Todas, menos Lucrecia. No lugar-nenhum que, para efeito de reconhecimento social, está ocupando, o sentido da pessoa inflete-se tão-somente “para dentro”, que é o seu modo de tossir ou rir. A menina vive inteiramente para dentro, sem qualquer possibilidade de expressão real, sem a chance mesma de um *querer* viabilizável, absolutamente sem *poder*; Lucrecia é apresentada como sujeito apenas da condição do *precisar*. Ironicamente, os “negócios de família”, com os quais nada teria a ver e dos quais não participa, acabam por atingi-la; à margem das negociações e dos favores, sua existência e seu trabalho são, no entanto, decisivos para que as “sinhas” e os “nhonhês” se afirmem como tais.

Findo o regime da escravidão institucional, não seria difícil reconhecer nos excluídos de sempre a perpetuação do papel de Lucrecia, com a História “para dentro” que eles não podem narrar. Em “O caso da vara”, Machado centralizou essa dor sem voz, substituindo por ela a carência contornável e contornada (alguém duvida?) de Damião. Em vez de se mostrar compungido com a tragédia de Lucrecia, empenhou-se em iluminá-la dentro do jogo de forças para o qual e pelo qual seu drama existe. Tal iluminação (e não apenas essa) custa-nos, a todos, o peso dos discernimentos que atrapalham a naturalidade com que tendemos a nos enganar a nós mesmos.

Alcides Villaça é professor de Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo.